



Destaque da Semana

[Superintendentes do Ministério do Trabalho se reúnem em Manaus](#)

Ministério do Trabalho - 19/01/2018

Os superintendentes regionais do Ministério do Trabalho de todos os estados se reúnem em Manaus (AM) nos dias 22 e 23 de janeiro. O encontro, que será realizado na sede da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM), tem como objetivo atualizar os gestores a respeito da legislação e das políticas públicas do governo federal que atingem diretamente trabalhadores e empregadores brasileiros. Entre os temas que serão abordados estão a modernização das leis trabalhistas, o eSocial para as empresas e os serviços lançados no final de 2017, como a Escola do Trabalhador, o Seguro-Desemprego pela Internet e o aplicativo Sine Fácil. O encontro dos superintendentes foi idealizado em novembro de 2017.

O ministro em exercício, Helton Yomura, responsável em executar o planejamento do evento, lembra que o encontro de superintendentes já faz parte da rotina do órgão e é fundamental para o atendimento às pessoas que dependem dos serviços do Ministério. “É uma rotina adotada para uniformizar procedimentos. Ela é importante para que o Ministério, que tem uma presença nacional muito forte por meio das superintendências, gerências e agências, dê o mesmo tratamento e atendimento ao trabalhador, aos sindicatos, e aos empresários”, diz.

Yomura lembra que este ano, especialmente, há uma série de temas novos que precisam ser informados e debatidos com os superintendentes para garantir a qualidade dos serviços do Ministério nos estados. “Nós temos temas novos como a entrada em vigor do eSocial, agora em janeiro, e a modernização da legislação trabalhista, que está valendo desde o último novembro. São temas relevantes e os servidores do Ministério do Trabalho precisam estar capacitados”, acrescenta.

Para ler na íntegra [clique aqui](#).

[Associação questiona norma sobre atualização de depósito recursal na Justiça do Trabalho](#)

Supremo Tribunal Federal - 17/01/2018

A Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5867 no Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar o dispositivo da Reforma Trabalhista que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e estabeleceu a correção do depósito recursal no processo trabalhista com os mesmos índices da caderneta de poupança.

[Confederação patronal questiona fim da obrigatoriedade da contribuição sindical](#)

Supremo Tribunal Federal - 16/01/2018

O Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu mais uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) questionando o fim da contribuição sindical compulsória, uma das alterações decorrentes da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) aprovada ano passado. A diferença é que a ADI 5859, que se soma às demais ações ajuizadas na Corte com o mesmo objeto, é a primeira ajuizada por uma entidade patronal. Nela, a Confederação Nacional do Turismo (CNTur) ataca o dispositivo que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para tornar facultativa a contribuição sindical anual de empregados e patrões.

[Cláusula que prevê dois anos de experiência em caso de promoção é nula](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 18/01/2018

OA Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Superior do Trabalho confirmou a nulidade de cláusula de acordo coletivo firmado entre o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Estado do Pará e a JM dos Santos & Filhos Ltda. que previa período de experiência de até dois anos para empregados que fossem promovidos a função superior, mas continuariam recebendo a remuneração da função anterior. A SDC desproveu recurso da empresa, que sustentava a validade da cláusula, com o entendimento unânime de que o prazo de dois anos é desarrazoado e fora de um padrão mínimo legal.

[Presidente do TST defende Justiça do Trabalho em resposta ao presidente do PTB, Roberto Jefferson](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 17/01/2018

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ministro Ives Gandra Martins Filho, lamentou e contrapôs as declarações feitas pelo presidente nacional do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Roberto Jefferson Monteiro Francisco, que, além de defender o fim da Justiça

Trabalhista, destacou pontos que não condizem com a realidade e com o papel da instituição. Para o presidente do TST, extinguir a Justiça do Trabalho é um retrocesso para o Brasil e para a sociedade.

[Ajudante ganha adicional por ingressar durante poucos minutos em almoxarifado perigoso](#)

Tribunal Superior do Trabalho – 15/01/2018

A Klabin S. A. foi condenada pela Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho a pagar adicional de periculosidade a um ajudante geral que ingressava várias vezes em área de risco durante a jornada, mas por poucos minutos em cada passagem. A Turma entendeu que, apesar de o tempo de exposição ser pequeno, ocorria várias vezes ao dia, deixando de ser uma situação eventual e passando à exposição habitual. Dessa forma, não pode ser aplicado ao caso o [item I da Súmula 364 do TST](#), que, nas hipóteses de tempo extremamente reduzido, afasta a percepção do adicional.

[Nova lei trabalhista introduz mudanças na declaração](#)

Ministério do Trabalho – 19/01/2018

Com a introdução de novas modalidades de contratação pela nova lei trabalhista (Lei 13.467/17), a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2017 terá novos campos que deverão ser preenchidos pelo empregador. Foram incluídos o trabalho por tempo parcial, teletrabalho, trabalho intermitente e desligamento por acordo entre empregador e trabalhador. A Rais é a fonte de informação mais completa sobre empregadores e trabalhadores formais no Brasil. Nela constam dados como número de empresas, municípios de localização, ramo de atividade e quantidade de empregados. Também informa as características dos trabalhadores brasileiros, suas ocupações, salário e tipo de vínculo que mantêm.

[País tem mais de 418 mil pessoas com deficiência no mercado de trabalho](#)

Ministério do Trabalho – 16/01/2017

O mercado de trabalho formal brasileiro contabilizou a presença de 418.521 pessoas com deficiências e reabilitadas (PcDs) em 2016 – um crescimento 3,79% em relação a 2015, quando havia 403.255 PcDs com vínculo empregatício. Os dados fazem parte da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2016 e incluem empregadores da iniciativa privada, empresas públicas diretas e indiretas e órgãos públicos.

[Lançado segundo vídeo da campanha do MPT com a OIT sobre assédio sexual](#)

Ministério Público do Trabalho – 18/01/2018

Você sabe qual é a diferença entre paquera e assédio sexual no ambiente de trabalho? A resposta está no segundo vídeo da Campanha feita em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que culmina com o alerta: “guarde as provas, não se cale, denuncie”! Veiculado na última quinta-feira (18), nas redes sociais da Procuradoria-Geral do Trabalho, a segunda publicação da série esclarece os limites entre o elogio e o assédio.

[Número de ações contra trabalho escravo cai 23,5% em 1 ano; total de resgatados é o menor desde 1998](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – 17/01/2018

O G1 trouxe nesta quarta-feira, 17 de janeiro, uma matéria que aponta a queda de 23,5% no número de operações de fiscalização para a erradicação do trabalho escravo realizadas em 2017 em comparação com o ano anterior, segundo dados do Ministério do Trabalho. Foram realizadas 88 operações em 175 estabelecimentos no ano passado, contra 115 em 2016. É a menor atuação das equipes de erradicação desde 2004, quando foram feitas 78 fiscalizações.

[Folha de janeiro/2018 é disponibilizada](#)

Portal eSocial – 17/01/2018

A folha de pagamento de janeiro/2018 já está disponível para o empregador doméstico. O módulo eSocial Doméstico estava aguardando a portaria que alterava a tabela de contribuição dos segurados e da cota de salário-família do INSS para 2018, o que ocorreu no [Diário Oficial da União \(DOU\) de 17/01/2018](#). Tal medida era necessária para o cálculo correto da contribuição previdenciária de empregador e empregado, além do salário-família para os trabalhadores que têm direito ao pagamento.

[Os resultados de uma pesquisa da OIE sobre o direito à greve mostram diferenças importantes nos regulamentos nacionais.](#)

Organização Internacional de Empregadores – 25/10/2017

A Organização Internacional de Empregadores – OIE divulgou no dia 17 de janeiro 2018 o lançamento de uma publicação intitulada “Resultados de uma pesquisa sobre a greve nos países membros da OIE”, ([versão em espanhol](#)) realizada em 41 países sobre o Direito de Greve. Esta pesquisa oferece uma visão abrangente da variedade de regulamentos, práticas, restrições e implicações do Direito de Greve em todo o mundo e suas diferenças entre os regulamentos nacionais.

Atos Normativos

[PORTARIA CONJUNTA MDS/INSS Nº 1, DE 11 DE JANEIRO DE 2018](#) (DOU de 15/01/2018 Seção I Pág. 64) - Estabelece diretrizes a serem observadas pelo INSS no âmbito do Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade - PRBI;

[PORTARIA MDS Nº 93, DE 11 DE JANEIRO DE 2018](#) (DOU de 15/01/2018 Seção I Pág. 64) - Autoriza a instituição do Programa de Gestão das Atividades Médicas Periciais (PGAMP) no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;

[PORTARIA MF Nº 15, DE 16 DE JANEIRO DE 2018](#) (DOU de 17/01/2018 Seção I Pág. 28) - Dispõe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e dos demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social - RPS;

[PORTARIA MTb Nº 31, DE 16 DE JANEIRO DE 2018](#) (DOU de 17/01/2018 Seção I Pág. 160) - Aprova instruções para a declaração da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS ano-base 2017;

[PORTARIA SIT/MTb Nº 688, DE 15 DE JANEIRO DE 2018](#) (DOU de 17/01/2018 Seção I Pág. 162) - Regulamenta a Identificação Fiscal dos servidores da Carreira Auditoria Fiscal do Trabalho e dá outras providências;

[PORTARIA MTb Nº 33, DE 17 DE JANEIRO DE 2018](#) (DOU de 18/01/2018 Seção I Pág. 68) - Institui o Fórum Paraense da Aprendizagem Profissional - FOPAP, com o objetivo de promover o debate sobre a inclusão de aprendizes no mercado de trabalho e desenvolver, apoiar e propor ações de mobilização para o cumprimento da Lei do Aprendiz.



QUEIROZ NETO
ADVOCACIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL

Responsável Técnico
Dr. Clovis Veloso de Queiroz Neto
OAB-DF 14.823

(61) 98135-1818
clovis@queirozneto.adv.br
queirozneto.adv.br

(61) 3526-7707
SHVP Rua 8 Chácara 202 Casa 34
CEP: 72006-845 - Brasília-DF

